



O SISTEMA DA DÍVIDA E O FUNCIONALISMO PÚBLICO

Evento promovido pela CSP/CONLUTAS

Os ataques ao RJU e a Reforma Administrativa ameaçam os direitos da população

28 de novembro de 2024

CONJUNTURA ESCANCARA

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA E O SACRIFÍCIO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

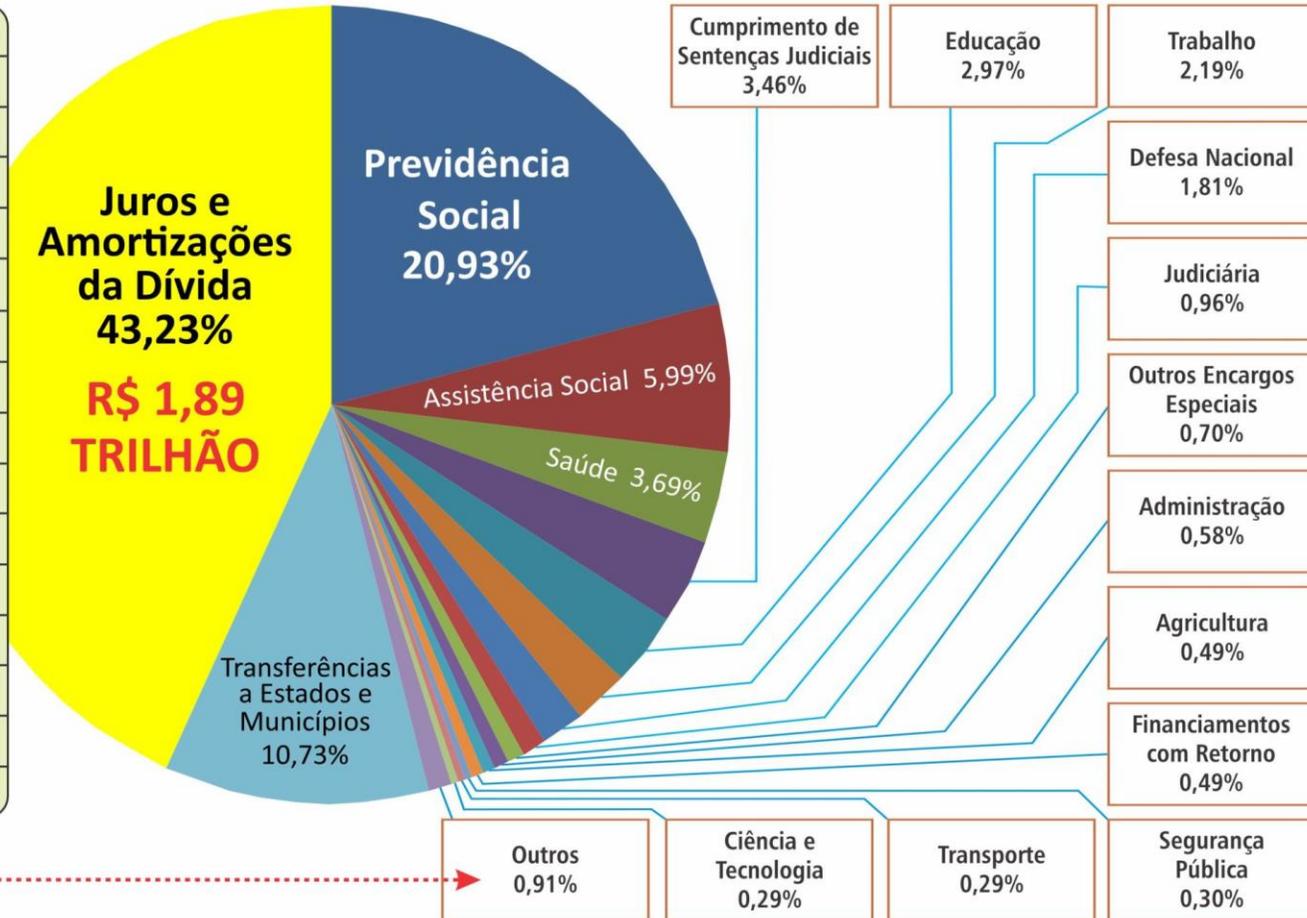
- Não atendimento às reivindicações de servidores públicos, devido à necessidade de perseguir limites e metas da LRF;
- Imposição do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), inclusive via Decreto, que obriga congelamento de salários, progressão salarial, privatizações e outras medidas restritivas a investimentos sociais;
- Ameaça de nova Reforma da Previdência no âmbito dos Estados e Municípios foi retirada da PEC 66, que já havia sido aprovada no Senado, porém, vários estados estão realizando essas contrarreformas;
- Ameaças de retomada da contrarreforma administrativa (PEC 32);
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos);
- Fim do Regime Jurídico Único pelo STF.

É URGENTE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2023 PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Cultura	0,0524
Comércio e Serviços	0,0477
Indústria	0,0446
Urbanismo	0,0275
Energia	0,0240
Direitos da Cidadania	0,0193
Desporto e Lazer	0,0080
Saneamento	0,0034
Habitação	0,0000



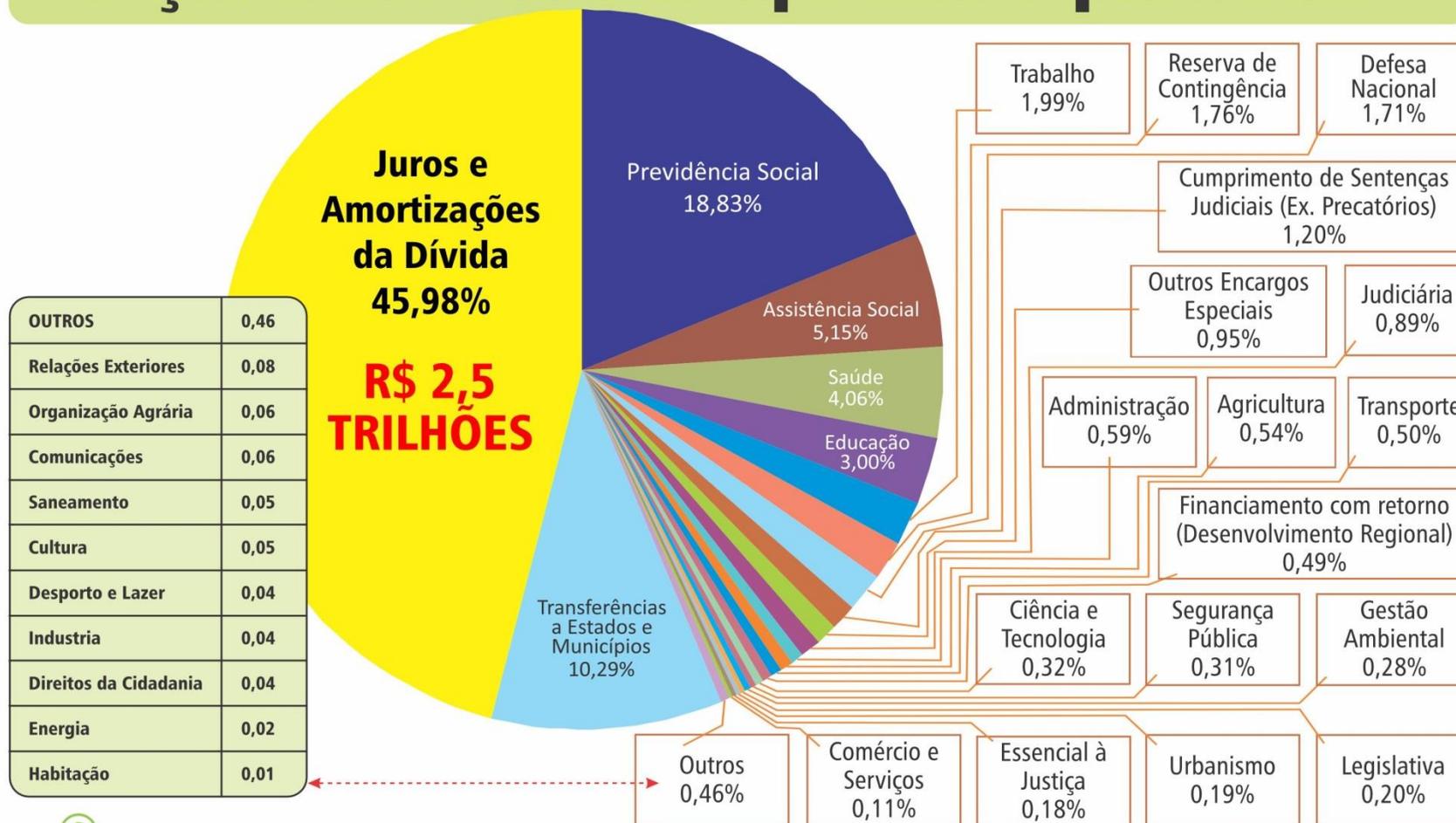
Fonte: Painel do Orçamento Federal - www1.sioop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opedoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 24/1/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GNDs 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0901), "Financiamentos com Retorno" (Programa 0902) e "Outros Encargos Especiais" (restante da função).

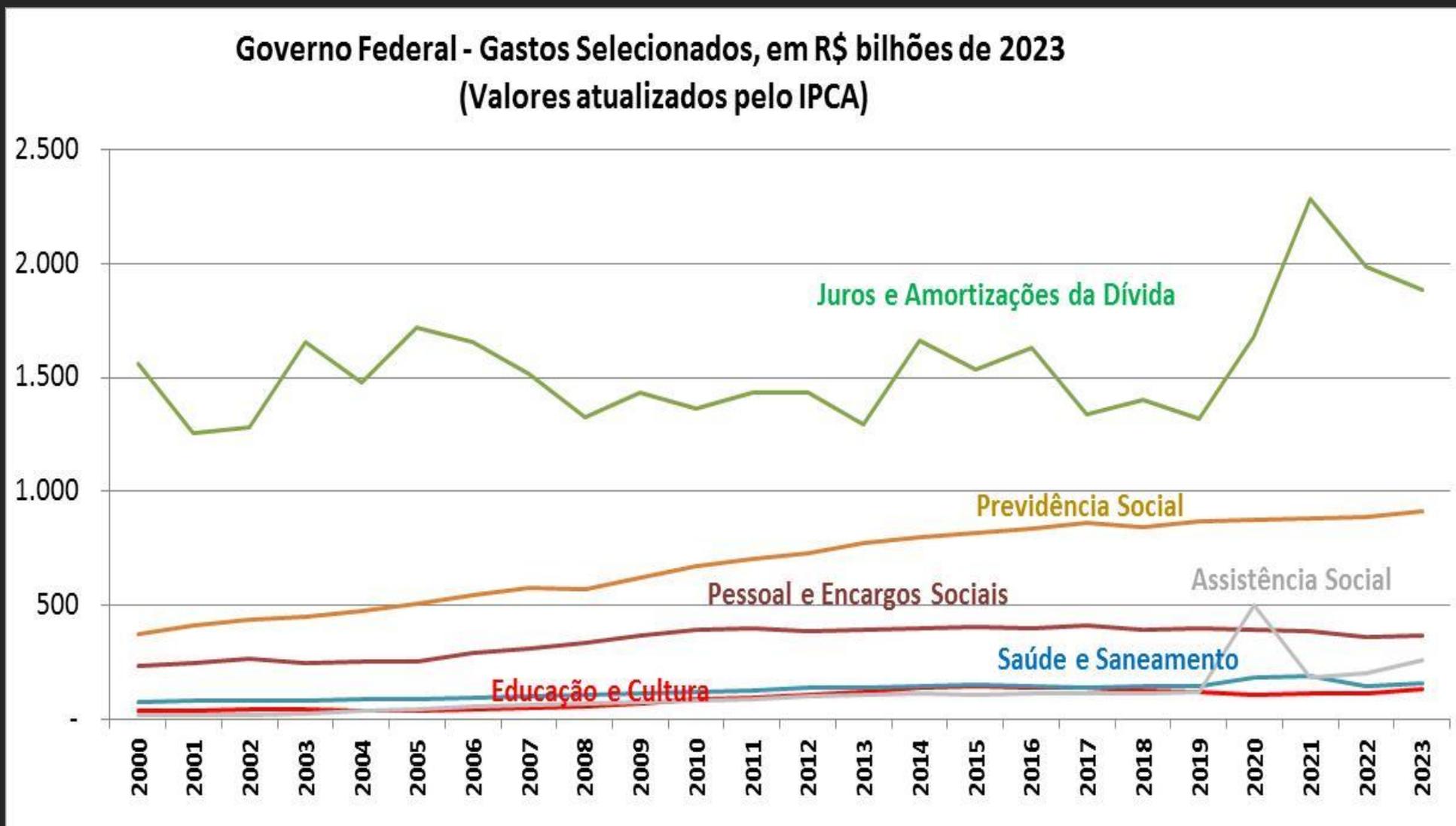
<https://www.youtube.com/watch?v=gx0fvjCy7gI&t>

ORÇAMENTO FEDERAL PARA 2024 – PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal aprovado para 2024



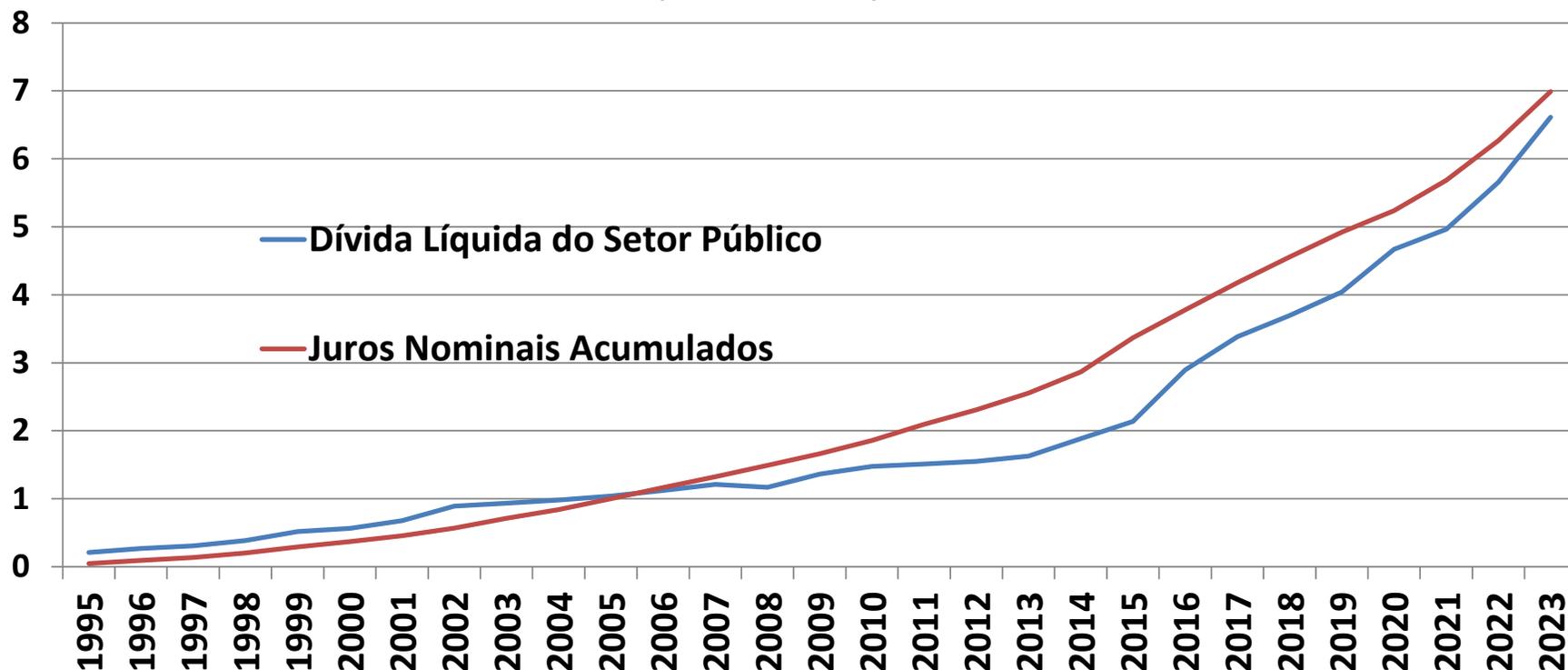
ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2> ; Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

BANCO CENTRAL: PRINCIPAL RESPONSÁVEL

Taxa básica de juros Selic: 11,25% a.a.

DE QUE ADIANTA CORTAR GASTOS SOCIAIS SE O ROMBO ESTÁ NOS JUROS?

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-9,8	-0,09	10,4	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-54,7	-0,48	-49,9	-0,44
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-17,8	-0,16	-17,6	-0,15

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB. conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

R\$ 55 bilhões a mais de juros por ano a cada 1% a mais na Taxa Selic

Fonte https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202410_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

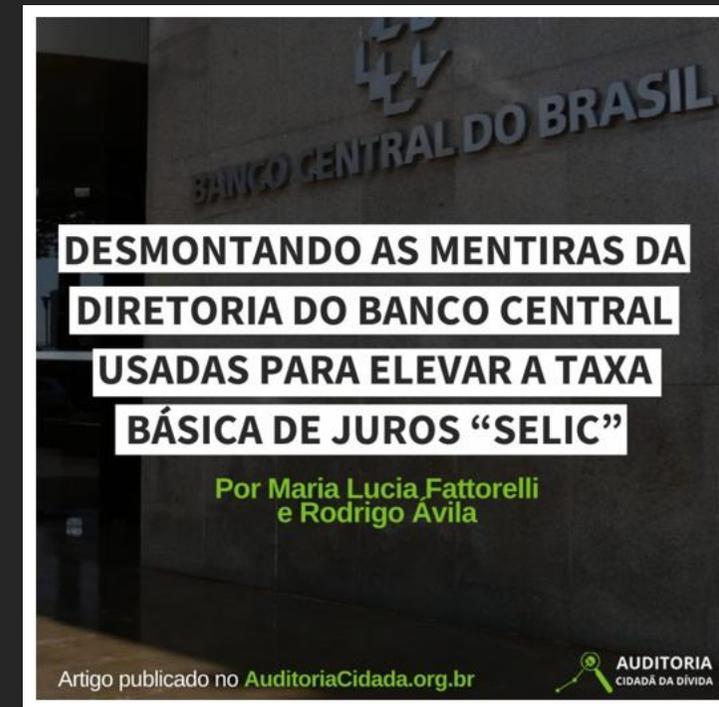
Taxas de juros reais anuais no mundo desenvolvido: Alemanha 0,52% a.a. EUA 1,23% a.a. Japão -1,64% a.a.

BRASIL (taxa básica real): **8,08% a.a.**

Fonte: <https://moneyou.com.br/wp-content/uploads/2024/11/rankingdejurosreais051124.pdf>

POR QUE OS JUROS SÃO TÃO ELEVADOS NO BRASIL?

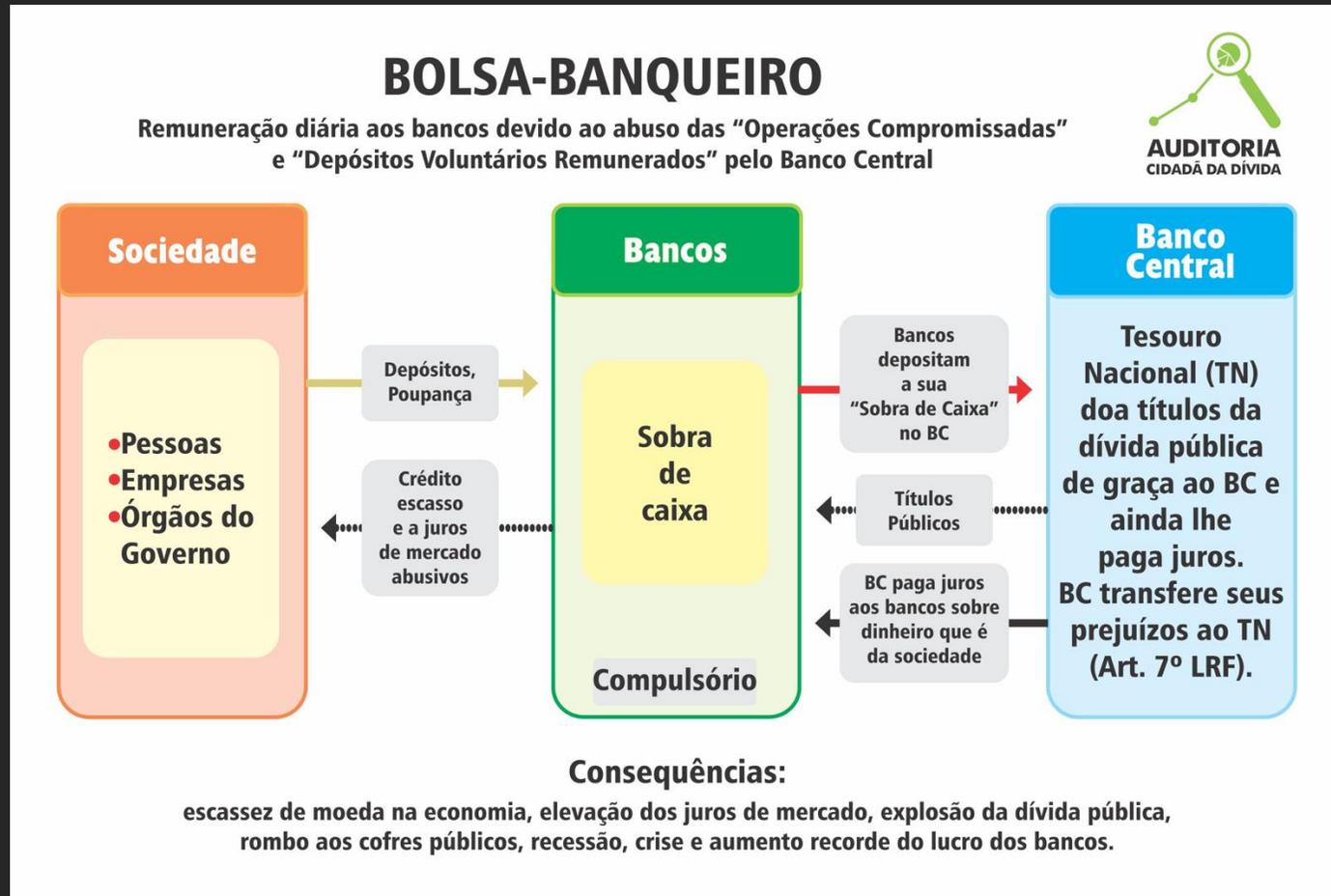
- **BANCO CENTRAL tem elevado a SELIC com base em mentiras**, tendo em vista que dados oficiais comprovam que elevar juros não controla o tipo de inflação que existe no Brasil:
 - 76% da inflação acumulada até outubro/2024 (IPCA/IBGE) decorre de preços que não têm relação alguma com uma suposta demanda aquecida, ou seja, **não caem com a alta dos juros**, como energia elétrica, combustíveis, alimentos, tarifas bancárias
 - Demais 24% também são pressionados por preços administrados
- **BANCO CENTRAL provoca elevação dos juros de mercado devido à prática da Bolsa Banqueiro**: remuneração diária aos bancos esterilizando cerca de R\$ 1,5 trilhão que deveria circular na economia



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/desmontando-as-mentiras-do-banco-central-para-elevar-a-taxa-basica-de-juros-a-selic/>

BC remunera diariamente os bancos:

Operação provoca escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública e rombo aos cofres públicos



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

**EM VEZ DE
BOLSA-BANQUEIRO,
GOVERNO PODERIA REPARAR
PERDAS DE TODO O SERVIÇO
PÚBLICO FEDERAL**



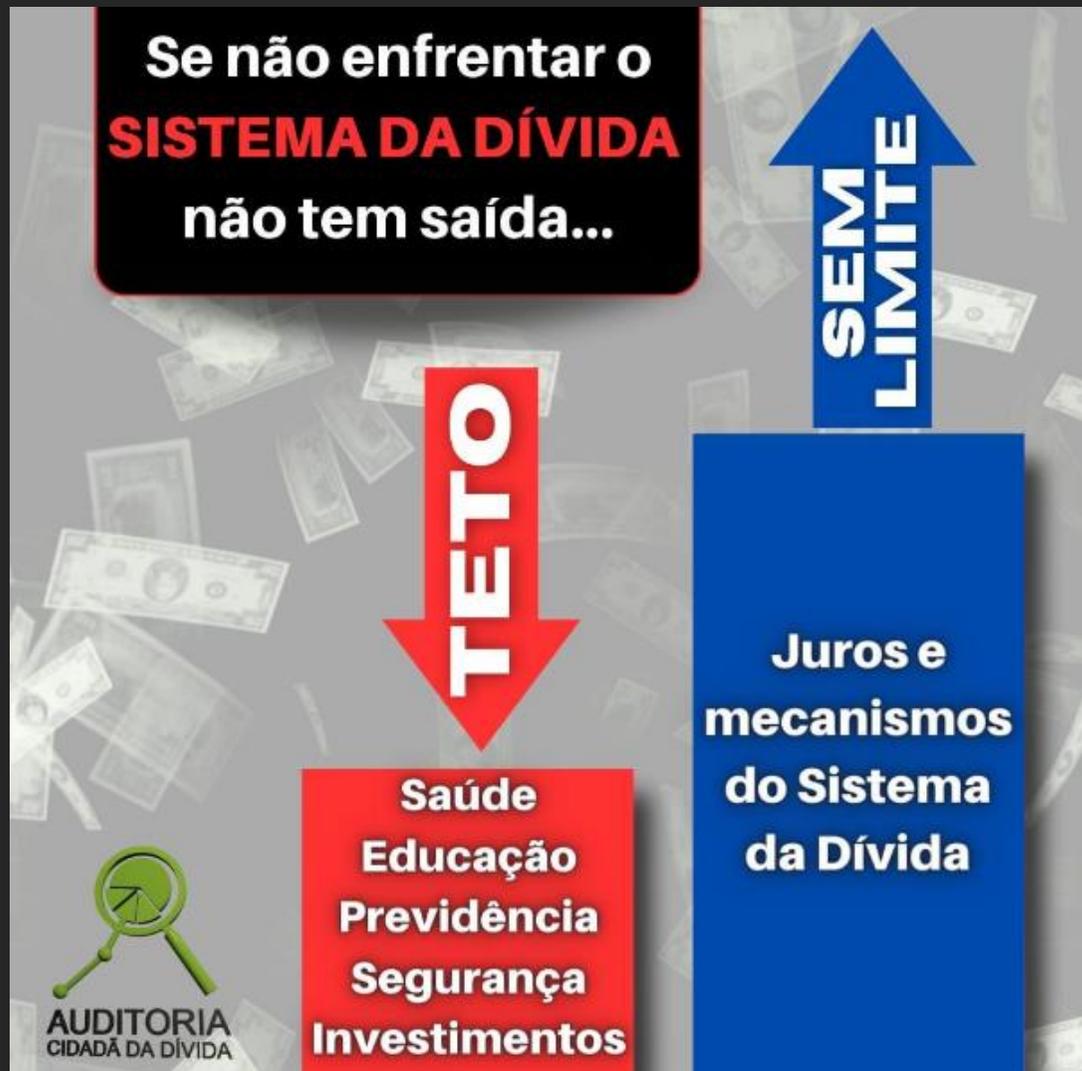
- Em 2023, o Banco Central pagou **R\$ 222 bilhões de juros** aos bancos. Isso sem falar nos juros e amortizações da dívida pública que o Tesouro Nacional também paga aos bancos.

- Por outro lado, os servidores públicos federais reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em 46,5% desde 2010, percentual este resultante da média entre 53,17% e 39,92%, reivindicados pelos respectivos blocos de servidores.

(Fonte: <https://sinasefe.org.br/site/download/consolidacao-da-pauta-de-reivindicacao-dos-servidores-publicos-federais/?wpdmdl=47214&refresh=64c3c47b8017e1690551419>)

- O volume de recursos para repor integralmente essa perda média de 46,5% seria de aproximadamente **R\$ 158 bilhões**, valor inferior ao valor gasto com a Bolsa-Banqueiro no ano passado e, adicionalmente, 12 vezes menor que o valor gasto com juros e amortizações do Sistema da Dívida em 2023.

EC 95/2016 e LC 200/2023 ("ARCABOUÇO FISCAL")



- Manteve o teto de gastos sociais para *“guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público”*
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de “superávit primário”
- Governo promete mais cortes para cumprir o “arcabouço”: rebaixamento dos pisos da saúde e educação
- Risco da “Reforma Administrativa”

Apesar de recordes na arrecadação os direitos dos servidores públicos continuam sendo negligenciados. Em outubro/2024, recorde histórico de arrecadação, mas governo anuncia mais um corte de R\$ 6 bilhões.

RECEITA CRESCE 9% EM TERMOS REAIS, MAS INVESTIMENTOS SOCIAIS SÓ PODEM CRESCER 2,5% AO ANO



Por quê a estrutura do Estado está sucateada, se temos imensas riquezas sob todos os aspectos e TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS?

➤ Chegamos a **mais de R\$ 5 TRILHÕES** em caixa:

- **R\$ 1,50 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional (em 30/8/2024)
- **R\$ 1,64 TRILHÃO** no caixa do Banco Central (em 30/8/2024)
(Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – “Bolsa Banqueiro”)
- **R\$ 2,07 TRILHÕES** em Reservas Internacionais (em 11/10/2024)

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202409_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
(Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

O problema não é falta de recursos, mas o privilégio do Sistema da Dívida e demais eixos que sustentam o modelo econômico concentrador de renda

CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PARA A LUTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

A partir dos dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024, bem como de recentes pronunciamentos de representantes do governo federal acerca da impossibilidade de conceder reajustes para o funcionalismo público, ou sequer repor as imensas perdas inflacionárias acumuladas desde 2010, que já superam cerca de 46%, apresentamos a presente contribuição para a luta que todo o serviço público federal vem enfrentando, a fim de fortalecer a estrutura do Estado e garantir a necessária prestação de serviços públicos para a sociedade brasileira.

O QUE ESTÁ RESERVADO PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO PARA 2024, CONFORME PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS (PLDO e PLOA) APRESENTADOS PELO GOVERNO AO CONGRESSO NACIONAL?

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024 não prevê reajuste geral do funcionalismo público, conforme constou textualmente da Mensagem Presidencial¹ que acompanha o referido projeto: **"a proposta orçamentária para o ano de 2024 não contempla a revisão geral de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal" ... "Por mais legítimo que seja o pleito, se revelaria uma medida imprudente ..."**.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024² estabelece meta de "déficit primário zero", o que impõe drástica restrição para todos os gastos primários e representa mais um entrave para a concessão de reajustes ao funcionalismo público. É importante registrar que o "déficit primário zero" nada tem a ver com a propalada "responsabilidade fiscal", mas sim, com a subtração de recursos das áreas sociais (inclusive dos salários do funcionalismo público) para priorizar o pagamento de juros e amortizações da chamada "dívida pública".

Devido à crescente pressão por parte das diversas categorias do serviço público federal, o governo chegou a afirmar que teria conseguido uma reserva no orçamento de 2024 no valor de apenas R\$ 1,5 bilhão, porém, tal valor seria suficiente para um reajuste geral de menos de 1%, percentual irrisório se comparado às perdas acumuladas em mais de 46%, em média.



Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-vida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/>

STF: FIM DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

- O fim do RJU é resultante de grave FRAUDE no processo legislativo, durante a votação na Câmara da PEC 173/1995, convertida na EC 19/1998.

(Ver artigo de Luiz Alberto dos Santos, disponível em

<https://politicapublica.wordpress.com/2024/11/08/o-julgamento-da-adi-2135-e-o-fim-do-regime-juridico-unico-o-stf-errou/>)

- A fraude havia sido sustada por liminar no âmbito da ADI 2135/1999.
- Em 6/11/2024, o STF rejeitou a ADI, por 8 votos a 3
- Votaram contra o funcionalismo público: Flávio Dino, Cristiano Zanin, Dias Toffoli (Ministros indicados por Lula), Roberto Barroso (indicado por Dilma), Nunes Marques, André Mendonça (indicados por Bolsonaro), Alexandre de Moraes (Michel Temer), Gilmar Mendes (FHC)
- 3 ministros indicados por Lula decidiram o resultado final

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal **não serviu** para investimento no país

<https://bit.ly/2NTPIJo>

Para que tem servido?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

- Pagar os juros da própria dívida
- Veículo de transferência de recursos públicos para bancos
- Justificativa para **contrarreformas**
- Justificativa para **privatizações**
- Responsável pelo **Teto de Gastos e arcabouço fiscal**
- Consome a maior fatia do orçamento federal todos os anos.

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos



VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	449.925.787.081,14
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	455.881.695.057,72

Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

DÍVIDA CRESCE POR CAUSA DOS JUROS, E NÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS

O falso argumento de que “os juros são altos porque a dívida é alta”

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do “déficit” financiado por endividamento

2014 a 2023



Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos e investimentos sociais =

R\$ 2,51 Trilhões

Gastos e investimentos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

R\$ 1,38 Trilhão

No final das contas, a Dívida Pública **RETIROU**
RESULTADO = R\$ 1,13 Trilhão
das áreas sociais no período

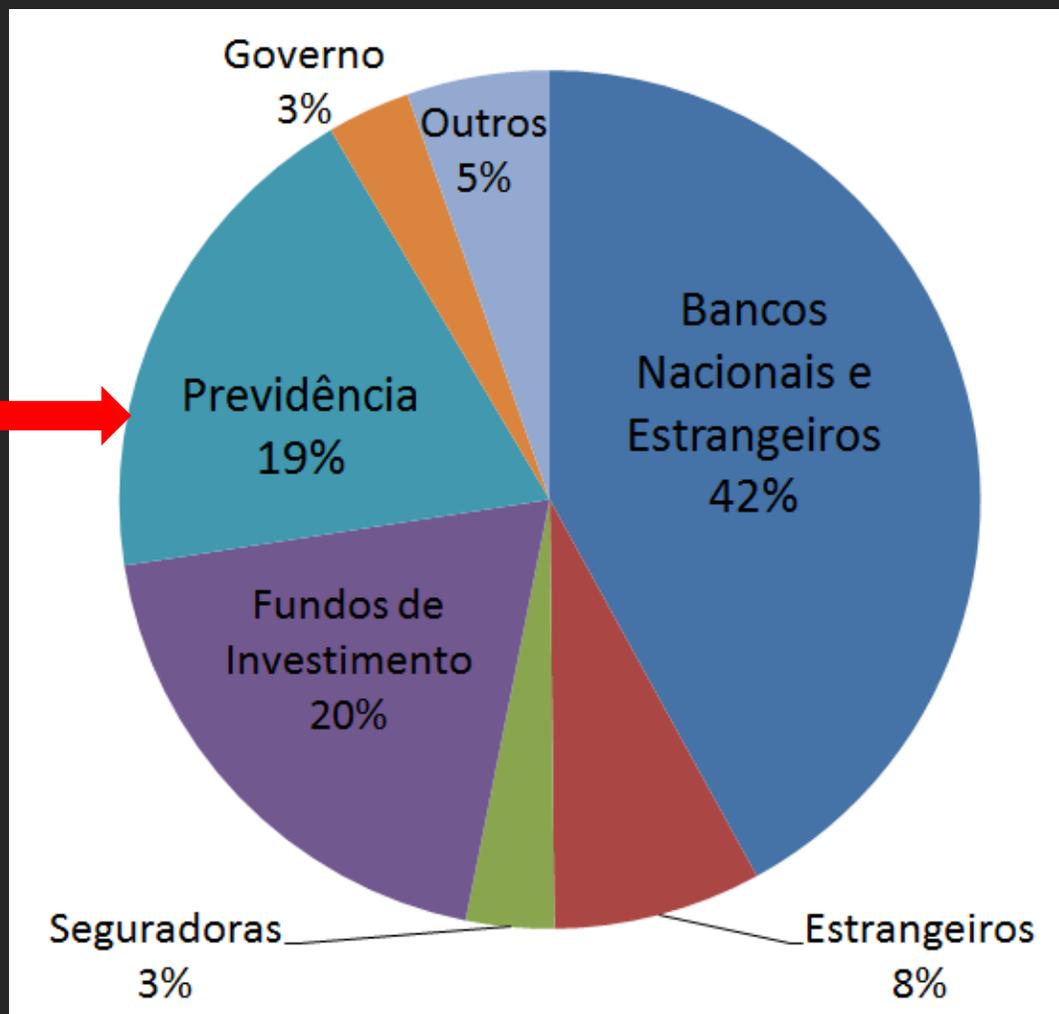
No Brasil a dívida tem **SUBTRAÍDO** recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

SETORES BENEFICIÁRIOS DA DÍVIDA INTERNA FEDERAL (Dez/2023)



Inclui previdência privada (aberta)

Governos se recusam a informar os beneficiários da dívida pública

Tesouro Nacionalomite nas suas tabelas as "Operações Compromissadas" e os Depósitos Voluntários Remunerados"

Beneficiários são sigilosos.

Nota: Inclui na fatia dos Bancos as "Operações Compromissadas" e os "Depósitos Voluntários Remunerados", que não constam na tabela do Tesouro Nacional. Fonte: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:23115 (Tabela 2.7) e https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202409_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados - Tabela 4 – Linhas 50 e 52). Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS NECESSITA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para garantir os Direitos Sociais, **investimentos em nosso desenvolvimento socioeconômico e na estrutura do Estado;**
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos.

O QUE FAZER?

- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- VETAR O ESQUEMA DE SECURITIZAÇÃO
- **Mobilização, Frente Parlamentar, CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS**

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO